

## DESAFIOS PARA CONSOLIDAÇÃO DOS ESPAÇOS TURÍSTICOS NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE CAMPINA GRANDE - PB<sup>1</sup>

Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior<sup>2</sup>

Martha Priscila Bezerra Pereira<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo proposto consiste em uma síntese dos resultados obtidos em uma pesquisa desenvolvida entre 2013 e 2016 com financiamento da instituição brasileira de fomento ao conhecimento científico e tecnológico (CNPq). A investigação surgiu da hipótese de que o problema do turismo no Brasil consiste na concentração dessa atividade nos espaços litorâneos em relação aos demais espaços interiores, especialmente no caso dos municípios da região Nordeste, tendo como corte territorial análise da produção de espaços turísticos no Estado da Paraíba. Os resultados apontaram para a existência de quatro áreas turísticas: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras. Houve sobrevalorização dada ao litoral no momento em que o interior ainda carece de investimentos funcionais estruturantes que não atendam aos objetivos propostos pelo Ministério do Turismo. Soma-se a isso a dificuldade de consolidação da primeira zona turística no Estado da Paraíba, devido aos problemas de infraestrutura encontrados na região intermediária da cidade de Campina Grande. A proposta surge, portanto, do reconhecimento dessa região na formação desse zoneamento, com o objetivo de mapear itinerários turísticos a partir da ênfase nos aspectos historiográficos que marcam sua caracterização por meio do uso do sistema plantador de transportes. Os procedimentos metodológicos utilizados serão baseados em atividades de campo, aplicação de questionários, entrevistas e audiências públicas, bem como o preenchimento de um inventário técnico-científico.

**Palavras-chave:** turismo, espaço, desenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

A globalização do modelo capitalista, especialmente durante o século XX, fez com que os governantes investissem cada vez mais em programas de infraestrutura e favorecimento da locação de equipamentos urbanos, visando à dinamização econômica de seus centros administrativos. Dos diversos empreendimentos evidenciados, o turismo passa a ter um destaque progressivo ao se tornar um elemento estratégico ao desenvolvimento e organização espacial, especialmente para os centros urbanos que dispunham dos condicionantes físico-naturais e socioculturais favoráveis a essa atividade.

---

<sup>1</sup> Resultado da primeira Etapa do Projeto MCTIC/CNPq (429976/2018) “Uma contribuição geográfica para consolidação do turismo como alternativa de desenvolvimento da região geográfica de Campina Grande”

<sup>2</sup> Professor da Unidade Acadêmica de Geografia – UAG/UFCG, [xtojunio@yahoo.com.br](mailto:xtojunio@yahoo.com.br);

<sup>3</sup> Professora da Unidade Acadêmica de Geografia – UAG/UFCG, [xtojunio@yahoo.com.br](mailto:xtojunio@yahoo.com.br);

O reflexo disso na realidade brasileira está evidenciado nos investimentos realizados pelas administrações municipais no que diz respeito as obras de infraestrutura urbana (rodovias, aeroportos, obras de restauração, etc.) e estímulo à difusão de equipamentos urbanos (hotéis, pousadas, restaurantes, etc.), elementos indispensáveis para a atração do turista uma vez que servem de estímulo à criação de uma infraestrutura turística. Embora isso tenha se desenvolvido em praticamente todas as capitais, foi na região Nordeste do País onde esses investimentos se apresentaram como elementos-chave no processo de reorganização espacial, embora não de forma homogênea.

De fato, a difusão do turismo no Nordeste brasileiro não ocorreu por acaso. De um lado, foi nessa região que os agentes de turismo encontraram a combinação ideal segundo o modelo predominante na escala mundial - valorização da tríade sol, praia e mar. Por outro lado, foi com o estímulo ao desenvolvimento dessa atividade que o governo federal pôde “amenizar” a má impressão deixada pela ineficiência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da valorização das propriedades físico-naturais da região (morfológica e climática), adequadas ao modelo de internacionalização ou de massificação do turismo.

Nesse contexto, as administrações municipais, orientadas pelo padrão de desenvolvimento estimado pelo governo federal, foram direcionadas ao investimento em obras de infraestrutura urbana (facilidades de fluxo, saneamento básico, criação de áreas de recreação, etc.) e elaboração de políticas de viabilização do turismo como estratégia de desenvolvimento. Associada à falta de investimentos do setor privado, a ausência de ações de planejamento voltadas para a criação de espaços turísticos por parte do poder público trouxe consigo a implementação de modelos alternativos na realização da atividade turística, os quais têm como principais agentes articuladores a própria sociedade civil.

Essa nova forma de “se fazer turismo” vem, no entanto, sendo motivo de preocupações uma vez que é feita, majoritariamente, de forma amadora, fato que pode resultar em danos irreversíveis ao meio ambiente. Isso, no entanto, se deve ao “despreparo” do setor público quanto ao seu papel de gestor e real articulador dessa nova prática de se fazer turismo e às dificuldades econômicas que influenciam o confronto com as normas estabelecidas pelo poder público.

Tal quadro de referência pode ser constatado no Estado da Paraíba, através do levantamento de dados e atividades de campo realizadas entre fevereiro de 2014 e maio de 2016. Foram mapeadas quatro áreas turísticas, das quais duas já se congregam como zona turística. A primeira área compreende municípios da região geográfica intermediária de João

Pessoa<sup>4</sup> e possui como característica a presença de espaços turísticos reais e potenciais em processo de estruturação. A segunda área compreende municípios da região geográfica intermediária de Campina Grande, os quais, apesar de promoverem eventos e atividades, possuem grandes fragilidades em termos de integração de atributos, a exemplo do próprio centro turístico mapeado, que possui deficiência em sua funcionalidade como espaço turístico. Os demais municípios mapeados estão localizados nas regiões geográficas intermediárias de Patos e de Souza-Cajazeiras, tendo sido caracterizados como potenciais e carentes de elementos de estruturação.

A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), edital universal 14/2013 (472964/2013-5), da qual participaram pesquisadores e estudantes vinculados aos Grupos de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial (GIDS) e ao Grupo de Pesquisas em Geografia para Promoção da Saúde (PrósaúdeGeo).

## **METODOLOGIA**

O texto apresentado corresponde aos resultados de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2013-2016 associado aos levantamentos iniciais da primeira etapa da pesquisa iniciada no início de 2019.

Os procedimentos realizados na primeira pesquisa serviram como referência para a fundamentação teórica da contextualização do turismo no Estado da Paraíba os quais consistiram de entrevistas realizadas junto a representações de sujeitos envolvidos diretamente com a promoção do turismo no Estado da Paraíba associados a preenchimento de inventário sobre análise da produção do espaço turísticos, os quais estão publicados em Souza Júnior (2017). A síntese desses resultados está apresentada na introdução desse artigo.

Já o levantamento realizado entre os meses de dezembro de 2018 e abril de 2019 estão resumidos no item desenvolvimento do deste artigo. Foram realizadas consultas ao Plano Nacional de Turismo e Programa de Regionalização a partir da análise da classificação dos espaços turísticos da região geográfica imediata de Campina Grande

---

<sup>4</sup> Essa nova divisão regional do Brasil passou a ser implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 sendo o espaço geográfico brasileiro dividido agora regiões geográficas intermediárias e imediatas.

## DESENVOLVIMENTO

A inclusão do turismo como alternativa de desenvolvimento tem provocado mudanças significativas nos municípios selecionados pelos gestores e pelas grandes corporações. As estruturações das redes de cidades reforçam a relação dialética na promoção da integração territorial a partir da valorização contraditória de um movimento centrífugo (ao reforçar a estruturação de redes entre os municípios de forma a promover a dispersão do processo de reestruturação socioespacial) e centrípeto (ao reafirmar os centros urbanos tradicionais como principais espaços do sistema proposto).

Dessa forma, apesar do discurso de promover a formação de uma rede de desenvolvimento a partir de investimentos nas funções turísticas de espaços turísticos (reais ou potenciais), a estruturação urbana consequente da difusão dessa atividade continua sendo limitada ao priorizar espaços tradicionalmente selecionados como centrais, colocando em xeque a eficiência da formação de uma rede de desenvolvimento.

O sistema turístico e a rede onde este se encontra sitiado é, portanto, produto da relação entre os polos de atração e os espaços satélites cujos atrativos passam a dar sentido ao espaço turístico, confabulando para a criação de espaços hierárquicos para o desenvolvimento do turismo (BARROS, 1998; 2002). Entre os aspectos que passam a ser relevantes para o desenvolvimento do sistema turístico, destacam-se os elementos arquitetônicos de valor histórico, estimulando vários centros urbanos a investirem na construção de infraestrutura para “exploração” do turismo cultural. Com o estabelecimento de vários pontos de atração e difusão, são criadas as primeiras redes turísticas, ou seja, o turismo passa a não privilegiar o fixo, mas os roteiros, contribuindo para uma maior divulgação das regiões que investiram na atividade turística, apesar das limitações anteriormente mencionadas.

O processo de reestruturação decorrente da inclusão do turismo como ferramenta socioespacial está, portanto, diretamente associado às relações socioespaciais produzidas pelos mais diferentes sujeitos sociais, sendo evidenciados de diferentes formas. Gottdiener (1990), por exemplo, evidencia esses reflexos através de três fenômenos que vêm ocorrendo nos espaços urbanos: a) a gentrificação – elitização de antigos bairros; b) a reconfiguração habitacional e de serviços – substituição de antigas funções espaciais voltadas para o turismo; e c) a criação de malls – corredores comerciais de acesso exclusivo a pedestres através do fechamento e cobertura de uma ou mais vias públicas ou locação de um moderno shopping center (GOTTDIENER, 1990, p. 71). Contudo, tais fenômenos, assim como outros, reproduzem um processo cada vez mais presente no contexto urbano: a segregação socioespacial. Tal

processo nos possibilita uma melhor compreensão da dinâmica da reestruturação do espaço urbano, sendo assim merecedor de uma atenção mais especial.

No que se refere à produção social do espaço turístico, esses fenômenos emergem como um dos mais importantes desafios aos gestores e agentes empreendedores uma vez que a seleção de territórios, justificada na estruturação de uma rede de integração funcional que nem sempre é materializada de forma voluntária, implica a exclusão de outros, materializando um jogo dialético no qual a integração funcional implica a própria segregação espacial.

A metodologia utilizada para sustentar a análise do espaço turístico no Estado da Paraíba pautou-se em leitura abrangente do objeto investigado, sem negligenciar a necessidade de se apropriar diretamente da análise das paisagens como expressão de espaço produzido para o turismo. Tal embasamento buscou mesclar os procedimentos propostos por Roberto Boullón (2002) e Bolós & Capdevilla (1992), acrescidos de procedimentos particulares desenvolvidos pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa, a exemplo da confecção e do preenchimento de formulário técnico realizado durante as sete visitas a municípios do Estado da Paraíba entre 2014 e 2016.

No que concerne às contribuições de Boullón (2002), recorreremos ao entendimento do espaço turístico a partir da identificação de cinco tipos: a) real (espaços naturais e culturais estruturados para o turismo); b) potencial (espaços com aportes naturais ou artificiais passíveis de serem adaptados ao turismo); c) natural (ambientes nos quais se evidenciam atrativos reais e potenciais); d) cultural (espaços que evocam relações de afetividade); e) artificial (objetos estruturados para o desenvolvimento da atividade turística, tanto no campo como na cidade).

Recorreremos ainda à proposta de Boullón (2002, p.80) ao definir como “forma ideal” para definição dos espaços turísticos o uso do método empírico, por concordar com o autor que o referido método possibilita “observar a distribuição territorial dos atrativos turísticos e do empreendimento”. Assim sendo, adequando o procedimento proposto pelo autor, identificamos na realidade do espaço geográfico da Paraíba os seguintes componentes: zona, área, centro, núcleo e unidade.

Para classificação desses espaços, foram realizadas, entre o período de 2014 e 2016, oito atividades de campo em municípios selecionados a partir de indicadores de órgãos do governo responsáveis pela classificação dos tipos de atividades turísticas no Estado: a Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR) e a Secretaria de Turismo. A escolha dos municípios esteve pautada nas visitas às localidades classificadas pelas instituições visitadas como tendo potencial turístico. Assim foram selecionados os municípios de João Pessoa, Conde, Cabedelo, Lucena,

Baia da Traição, Guarabira, Ingá, Fagundes, Cabaceiras, Areia, Bananeira, Aroeira, Pocinhos, Campina Grande, Pedra Lavrada, São Mamede, Patos, Pombal, Teixeira, Princesa, São José do Bonfim, Sousa e Cajazeiras.

Para a realização das atividades de campo, foram capacitados estudantes vinculados ao Grupo de Pesquisas Integradas em Desenvolvimento Socioterritorial da Universidade Federal de Campina Grande (GIDs/UFCEG) com o objetivo de aplicar questionários e realizar entrevistas junto a turistas que estavam em visita às localidades pesquisadas. Para a realização dessas atividades, optou-se pela escolha de períodos classificados como de “baixa temporada” por considerarmos o fato de a preocupação estar pautada na opção pela análise da produção e apropriação do espaço, dando a este uma função turística devido à caracterização de suas paisagens, evitando ou reduzindo, portanto, o risco de se ter a participação de visitantes presentes no espaço como participantes de atividades ou eventos que não sejam necessariamente produtores e consumidores de espaços.

Além dos procedimentos adotados, a elaboração de um inventário elaborado pela geógrafa Martha Pereira possibilitou a adoção de critérios mais precisos para identificação dos elementos de classificação dos espaços turísticos, através do qual foi possível relacionar os elementos que constituem a infraestrutura e as superestruturas dos espaços visitados.

A classificação dos tipos de espaços turísticos e dos tipos de turismo propostos por Boullón (2002) foi adaptada e sistematizada nesse inventário, servindo como referência na definição dos espaços turísticos na região imediata de Campina Grande, a partir da proposta de uma regionalização pautada na identificação de áreas, atrativos e zonas turísticas (Tabela 1).

**Tabela 1 - Elementos de classificação dos espaços turísticos no Estado da Paraíba por região geográfica**

MESORREGIÃO MUNICÍPIO	TIPO DE ESPAÇOS TURÍSTICOS	TIPO DE COMPONENTE	ATRATIVOS PREDOMINANTES
<b>Região Geográfica Intermediária de Campina Grande (área turística)</b>			
Areia	Real, cultural e urbano	Núcleo e conjunto	Turismo cultural
Fagundes	Potencial/ natural adaptado	Unid. turística	Turismo religioso
Ingá	Potencial/ natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural
Campina Grande	Potencial e artificial	Centro turístico	Turismo cultural
Cabaceiras	Potencial e natural adaptado	Núcleo turístico	Turismo cultural e natural
Alagoa Grande	Potencial	Unid. turística potencial	Turismo cultural

Fonte: SOUZA JÚNIOR (2017)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

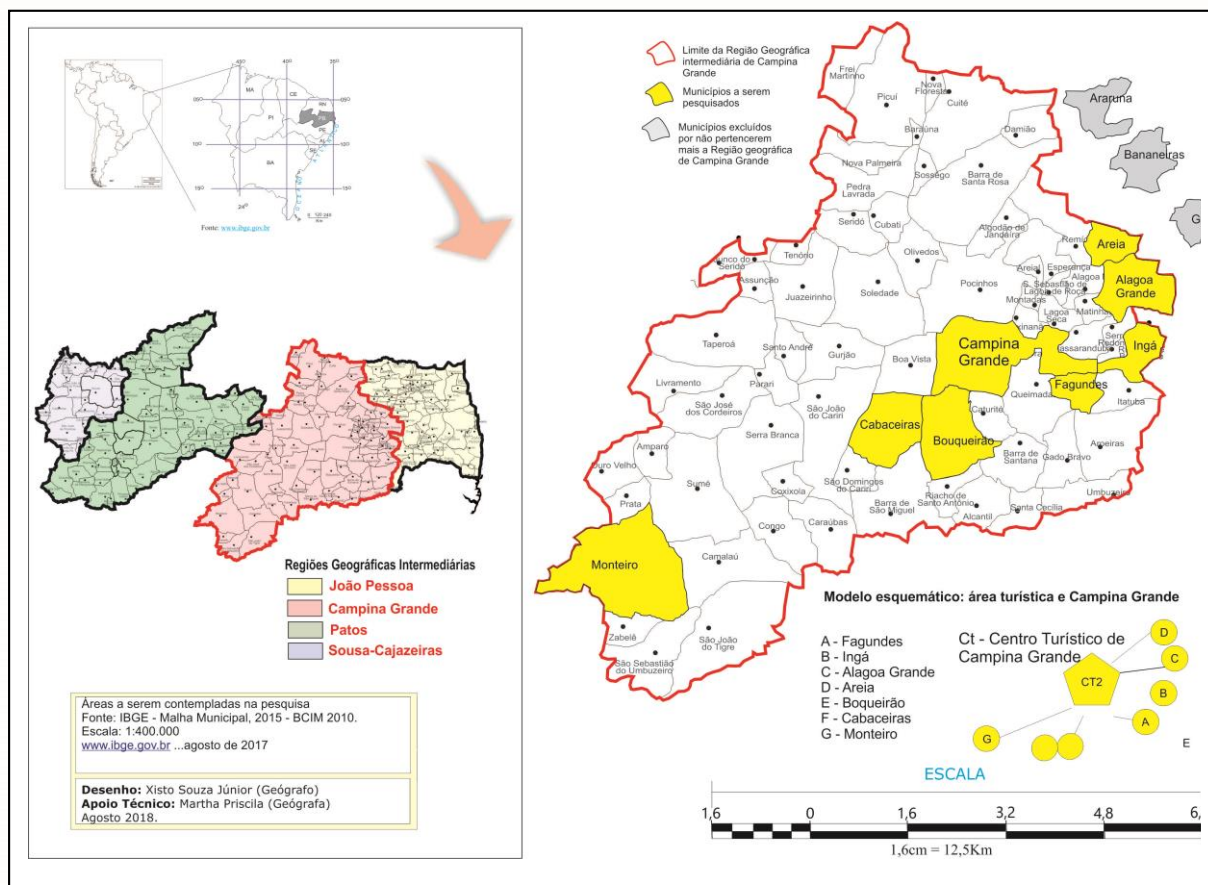
Segundo mapeamento realizado por Souza Júnior (2018), dos 47 municípios que compõem a região imediata de Campina Grande, apenas sete foram previamente indicados por Souza Júnior (2018) como potencialmente turísticos: Areia, Alagoa Grande, Campina Grande, Fagundes, Ingá, Cabaceiras, Boqueirão e Monteiro (Mapa 1), por proporcionarem as condições necessárias para criação da Área Turística de Campina Grande, a qual não encontra-se consolidada devido ao fato da principal cidade (Campina Grande) ainda não possuir características de centro turístico haja visto o fato de ainda estar em processo de estruturação e ausência de condições logísticas que possibilitem uma real integração entre os territórios constituintes.

Segundo o Mapa do Turismo no Brasil, excetuando Campina Grande que está enquadrada na categoria “B” e Fagundes na categoria “E”, os municípios selecionados estão enquadrados na categorização “D” do Programa de Regionalização do Turismo. De acordo com Souza Júnior (2018) o potencial turístico dos municípios possibilita relacionar a classificação proposta no Mapa do Turismo com o fato da região possuir núcleos que potencializam o turismo na região geográfica imediata de Campina Grande sendo estes Areia, Ingá e Cabaceiras.

Tal caracterização respalda a necessidade dos municípios iniciarem um processo de adequação as variáveis apresentadas pelo Ministério do Turismo no Mapa do Turismo do Brasil entre as quais a criação de um conselho municipal de turismo que esteja em efetivo funcionamento e um órgão de gestão com orçamento próprio, além da participação de instâncias governamentais e credenciamento dos empreendimentos locais Cadastur. (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo). Tais cuidados por parte do poder público encontra respaldo no fato dos municípios possuírem uma economia limitada sendo necessário a constituição de conselhos regionais de desenvolvimento.

Além disso, a complexidade dos elementos que estruturam os procedimentos analíticos desta proposta de investigação remete para a necessidade de inclusão da base comunitária como algo estratégico na sua consolidação, especialmente pelo fato de envolver comunidades tradicionais (neste caso os quilombolas e artesãos) que historicamente são excluídos do debate sobre a produção dos espaços turísticos. Tal constatação despertou o interesse em investigar estratégias voltadas para consolidação desses espaços como turísticos, especialmente a cidade de Cabaceiras devido sua importância no cenário regional.

Mapa 1: Municípios Pesquisados no “Projeto Guarda-chuva”: em destaque, a cidade objeto desta pesquisa



Entre os diferentes setores que envolvem o turismo, o econômico é, sem dúvidas, o que mais se destaca por se constituir no objetivo-fim. Tal fato desperta a atenção não apenas dos estudiosos, mas dos agentes envolvidos na gestão e implantação de espaços turísticos, atuando estes de forma direta (Estado e agências empreendedoras) ou indireta a exemplo da mídia que alardeia crescimentos a curto prazo ao considerar o fato do turismo ser uma das atividades evidenciadas em escala planetária, incluindo todos territórios.

Apesar de ser uma política globalizante que favorece as grandes corporações e as gestões públicas através da implantação de grandes empreendimentos, evidenciam-se, especialmente nos países emergentes, iniciativas locais pautadas na implantação de projetos modestos, porém inovadores ao incluir na questão cultural, pautada na experiência cotidiana, a sua principal característica. Estas duas realidades podem coexistir dentro de um espaço regional desde que realizada de forma planejada, pautada em um estudo de campo no qual identifique as principais dificuldades econômicas, sociais e ambientais das municipalidades que compõem a região.



Por se caracterizar, portanto, como uma atividade dinamizadora das economias locais e ser, de acordo com o PNT (Plano Nacional de Turismo), uma ferramenta de planejamento e ação estratégica, a presente proposta dialoga igualmente com as metas estabelecidas pelo governo Federal na reestruturação dos espaços por atividades turísticas com ênfase no compromisso com o desenvolvimento local e inclusão social.

Se considerarmos a proposta da Política de Regionalização do Turismo estruturada na valorização cultural (turismo de base comunitária) e na categorização (agrupamentos de municípios como estratégia de desenvolvimento) a presente proposta de pesquisa converge com as metas previstas nos PNDR e PRODETUR a partir da estruturação do espaço turístico no processo de regionalização.

Finalmente, o baixo índice de participação do município no PIB do Estado (Tabela 2) se caracteriza como um fator historicamente limitante ao processo de desenvolvimento municipal. A pesquisa possibilitou identificar um rebatimento direto ao desenvolvimento das sociedades envolvida que passarão a dispor de outra alternativa de inclusão social a partir do momento em ao ser realizado o perfil dos municípios, identificados os seus espaços reais e potenciais, seja possível instituir uma nova rede de desenvolvimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ênfase para difusão do turismo concentrada nos espaços litorâneos vem sendo superada com o Plano Nacional de Turismo (PNT) que vem sendo implementado no Brasil desde 2013 através do qual passou a existir um maior diálogo entre as três instâncias governamentais (municipal, estadual e federal) a partir da criação do Programa de Regionalização do Turismo que passou a ganhar força e status nas políticas desenvolvidas pelo setor fundamentadas pela Lei n. 11.771 de 17 de setembro de 2008, conhecida como Lei do Turismo.

Associado a esta política destacou-se a mudança de metodologia de divisão regional do Brasil proposta pelo IBGE em março de 2107 ao substituir, respectivamente, a divisão por mesorregiões e microrregiões por regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas. A mudança nesta classificação implicou em uma ênfase maior na formação das redes de desenvolvimento funcionais sendo valorizada a constituição dos municípios em redes de cidades.

Essas mudanças no critério de divisão regional proposto pelo IBGE associado ao incentivo pela descentralização e regionalização do turismo proposto no PNT influenciou na interiorização das políticas de desenvolvimento de turismo sem a devida estruturação dos espaços nas redefinições dos critérios de divisão regional. A região geográfica de Campina Grande encontra-se inserida neste quadro de referências sendo necessário uma análise da situação atual para propor a definição de estratégias de desenvolvimentos regionais de forma mais integrada e participativa.

## REFERÊNCIAS

BARROS, N. Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. In. **Turismo Visão e Ação**. ano 4. v. 4. n4. Revista científica do Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade Vale do Atajaí. Atajaí: UNIVALI, abr.-dez. 2002, p. 9-32.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOLÓS Y CAPDEVILA, M (et al). **Manual de Ciencia del paisaje: Teoría, métodos y aplicaciones**. Barcelona: Masson, 1992.

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002. 278p. (Coleção Turis).

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e território**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002. (coleção turismo)

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, L. **Turismo sustentável: planejamento e gestão**. In. Cunha, S. Baptista da; Guerra, A. Teixeira (org.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P. 153-189.

SOUZA JÚNIOR, Xisto S. S.; PEREIRA, M. P. B. **Uma proposta metodológica para o uso do turismo como alternativa à produção do espaço paraibano** In: Paraiba 2: pluralidades e representações geográficas. 1 ed. Campina Grande : EDUFPG, 2017, v.2, p. 73-92.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **O Conhecimento geográfico na promoção do turismo como alternativa de desenvolvimento do Estado da Paraíba**. Campina Grande: EDUFPG, 2018. 175pg.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local X exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.